

---

**ATA Nº 3**

**2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2024**

**27 DE MARÇO DE 2024**

----- Aos vinte e sete dias do mês de março, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas e trinta e cinco minutos, nas instalações da Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira, freguesia de Santa Cruz, deste Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na segunda sessão extraordinária do ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----  
-----Paulo Manuel Martins Luís - PPD/PSD, Silvestre Miguel Simões da Rocha – PPD/PSD em substituição de Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PPD/PSD, João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD, Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Fernando Fausto Miranda Lopes – PPD/PSD em substituição de Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD, Lucília de Fátima Toste Ávila – CDS-PP em substituição de Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Maria de Fátima Alves Homem – PS, Eulália Ferreira Toste Leal – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Valter Manuel Linhares Peres - PS, Ricardo António Ferraz da Rosa – PS em substituição de Carina Marlene Pires Dias - PS, Marta Maria Candeias de Meneses – PS em substituição de Simão Pedro Meneses Fonseca - PS, Daniela Leal de Andrade - PS, José Adriano Meneses Laranjo - PS, José Manuel de Aguiar Paim - PS, Miguel da Costa Bettencourt – GCE em substituição de Rita Lemos Borges - GCE, Carla Marisa Meneses Alves Lourenço – GCE em substituição de Bruno Manuel de Aguiar Borges - GCE, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Ana Margarida Vieira Branco em substituição de Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----  
----- Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Carina Marlene Pires Dias – PS, Simão Pedro Meneses Fonseca – PS, Rita Lemos Borges – GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges – GCE e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins. -----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

----- Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Carina Marlene Pires Dias - PS, Simão Pedro Meneses Fonseca - PS, Rita Lemos Borges - GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges - GCE, Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca - PS, Joana Ávila Machado - PS, Filipe Alexandre Ávila Aguiar - PPD/PSD, Pedro Miguel da Rocha Medeiros - PS, Daniela Filipa Arruda Medeiros - PS, Nuno Miguel Silva Santos - PS, Mónica Andreia Simões Brum - PS, Fábio Manuel Ávila Valadão - PS, Sérgio Duarte Ávila Borges Nunes - GCE, Nuno Miguel de Melo Godinho - GCE, Raquel Sofia do Rego Santos - GCE, Pedro Alexandre da Silva Fagundes - GCE, Luís Carlos da Cunha de Sousa - GCE, Carla Marisa Borges Duarte - GCE, Miguel Alexandre Terra Garcia - GCE, Orlando Manuel Rodrigues Fontes - GCE e Carla Maria de Mendonça Spencer Pereira de Sousa - GCE.-----

----- Para além da Sra. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores:-----

----- Ricky Joe Baptista, Paula Cristina Borges de Sousa, Otília Maria de Sousa Martins, Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Pedro Jorge Mendes Machado.-----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, os seguintes membros da Câmara Municipal:-----

----- Isménia Carvalho Landeiro Alves.-----

----- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, os seguintes membros:-----

----- Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Ana Cristina Pereira Rocha - CDS-PP, Sandra Isabel Ávila Galvão - PPD/PSD e Diana Andrade Ferraz Gomes - PPD/PSD.-----

----- **O Sr. Presidente da Mesa** informou que, pelo facto de faltar o 2.º secretário e como previa o regimento, tinha que ser eleito um membro da Assembleia para integrar a Mesa para que os trabalhos prosseguissem. O Sr. Presidente da Mesa questionou os Membros da Assembleia se alguém propunha candidatar-se ao lugar de 2.º Secretário. O Grupo do Partido Social Democrata propôs o nome de Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira. Como não houve mais nenhum membro que se apresentasse a sufrágio,

procedeu-se à eleição por escrutínio secreto. Feita a contagem, verificou-se que tinham dado entrada trinta e um boletins de voto na urna, tantos quantos os membros presentes na Assembleia nessa altura, tendo pois, o referido membro, sido eleito por maioria, com vinte e seis votos sim, quatro em branco e um nulo, tomando desde logo o seu lugar na Mesa.- -----

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### ----- 1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

----- Sem intervenções.-----

### ----- 2. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO N.º 2 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E REVISÃO N.º 2 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA DE 2024; -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Paulo Sousa** interveio e disse que estava favor da requalificação da Escola da Vila Nova, mas que não podia deixar de lembrar a situação da Escola das Fontinhas, ou seja, lembrou que esta tinha entrado em funções em dois mil e dez e, desde aí, que vinha a apresentar diversos problemas a nível de infiltrações. Acrescentou que, logo após as obras tinha havido oportunidade de acionar a garantia para resolver os referidos problemas, mas isso não tinha sido feito. De seguida, fez o apelo para que se olhasse para aquela escola e se resolvesse a situação descrita e questionou se estava prevista alguma intervenção para a escola em causa e se havia a possibilidade de fazer uma candidatura semelhante para a mesma. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e pediu que, por ordem de prioridades, se calendarizasse as intervenções a realizar nas escolas, para que se desse uma previsibilidade aos agrupamentos escolares e das associações de pais. De seguida, sugeriu que em próxima reunião de presidentes de junta se fizesse um apuramento das necessidades nas escolas para que em Assembleia se discutisse um plano para resolução das mesmas.-----

----- **A Deputada Lisandra Valadão** interveio e disse que, em relação às intervenções nas escolas, era preciso reavivar a memória e recuar quatro anos, ou seja, a uma Assembleia onde tinha sido aprovado um orçamento que previa a beneficiação e manutenção das infraestruturas de algumas escolas, mas que com a tomada de posse do atual executivo tinham verificado que as mesmas não tinham acontecido. Referiu que, mais uma vez tinha sido aquele executivo a dar andamento ao processo, sendo a escola do Cabo da Praia exemplo disso. Lembrou que havia um empréstimo destinado às referidas intervenções, mas o dinheiro nunca tinha sido usado para esse fim, nem constava dos cofres da Câmara, o que já se tornava habitual na generalidade dos empréstimos do anterior executivo. -----

----- **A Deputada Diana Simões** colocou algumas questões:-----

----- 1ª Questão – se tinha sido efetuado algum levantamento sobre o estado estrutural das escolas do concelho;-----

----- 2ª Questão – se tinham sido referenciadas as datas e as intervenções de cada uma delas e se foram intervencionadas ao longo dos anos;-----

----- 3ª Questão – o que tinha levado a que se tivessem candidatado, naquela fase, com a escola da Vila Nova.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** interveio e disse que o GCE estava totalmente de acordo com o sugerido pelo Deputado César Toste apoiando na íntegra o mesmo.----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e disse que subscreviam a opinião e o repto lançado pelo Presidente de Junta de Freguesia da Vila das Lajes. Salientou que também os preocupava a intervenção nas restantes escolas e que lhes agradava que tivesse sido tomada aquela decisão relativamente à escola da Vila Nova. Disse, ainda, que várias tinham sido as vezes que aquela bancada tinha sido acusada de estar, continuamente, a ir buscar o passado, de não apontarem para o futuro e que tinha ficado estipulado reduzir, ao mínimo, aquela situação, mas após a intervenção da Deputada da bancada do PSD verificava-se exatamente o contrário. Confessou que o que mais o espantava era a falta de coerência que havia, ou seja, desde que o atual executivo tinha tomado posse só se dizia que não se fazia porque o anterior executivo só havia deixado dívida, quando no anterior mandato, mesmo não havendo dinheiro, as coisas tinham que ser feitas. Disse ser verdade que o atual executivo tinha inaugurado as obras na escola do Cabo da Praia e é que as ia pagar, mas que tinha sido o anterior executivo a dar início às mesmas e era assim que as coisas funcionavam. Concluiu salientando que, para a obra referida e para outras, no mandato anterior já não havia candidaturas, nem PRR.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** interveio e disse que a gestão autárquica, relativamente ao parque escolar, era feita através de um instrumento que se chamava Carta Educativa, coisa que o concelho e a autarquia, até àquele dia, ainda tinha tido a capacidade de elaborar. Esclareceu que o referido instrumento era fundamental para definir as intervenções e ações que eram necessárias fazer no parque escolar do concelho, bem como fornecer uma quantidade de elementos/informações e a execução de um diagnóstico e análise profunda e adequada sobre a real situação do concelho. Disse que, na sua opinião, o que se estava ali a discutir eram assuntos sem fundamento, porque não se estava a adequar a metodologia e a forma de abordagem à temática e à problemática que ali se estava a discutir.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção deixando uma questão a todos os presidentes de junta ali presentes, ou seja, questionou há quantos anos reivindicavam solução para aquela matéria. Relembrou que, ao longo dos anos, aquelas situações tinham sido colocadas em cima da mesa e as intervenções não tinham sido feitas, pois se o tivessem sido, não tinham encontrado o património degradado da forma como encontraram. Disse que, nos últimos anos as escolas que mais tinham sofrido intervenções estavam a acusar problemas. Informou que, aquando das reuniões com os presidentes de junta, todos eles tinham feito sinalizações relacionadas com as escolas, inclusive já tinham percorrido todas as freguesias e verificado, no local, essas situações, estando os respetivos relatórios feitos, com o levantamento de todas as escolas, para que,

de forma gradual, pudessem ir fazendo alguma intervenção. Referiu que tinham noção da gravidade das situações e, relativamente à escola das Fontinhas, informou que já tinham remediado, mas não tinham resolvido os problemas, pois estes eram estruturais, tal como acontecia com a escola da Fonte do Bastardo. Disse que os investimentos que aquelas escolas careciam eram elevadíssimos e não era por falta de conhecimento que tinham optado por fazer aquela candidatura à escola da Vila Nova, mas por esta ser uma construção com mais de quarenta e cinco anos e que não era intervencionada há vinte e quatro anos. Confessou que era impossível não se falar no passado, pois isso só poderia acontecer se aquando da sua chegada, tivessem todas aquelas situações colmatadas, isto é, não houvesse problemas nas escolas, nem nos pavilhões desportivos, nem nos edifícios municipais, etc. Referiu que, as últimas avaliações e intervenções nas escolas tinham sido feitas sem Carta Educativa e questionou se só agora é que esta fazia falta, se anteriormente não era necessária para justificar tudo o que era feito. Disse que a atuação daquele executivo vinha sendo muito mais do que o parecer ou o acompanhamento que a Carta Educativa pudesse vir a servir de suporte. Afirmou que não abdicavam de a trabalhar e de a poder ter concluída, mas muito vinha sendo feito, não era só a Carta Educativa que estava em falta e que já vinha de muitos anos que tinha que ter sido trabalhada. Respondeu à Deputada Diana Simões dizendo que todos os levantamentos estavam feitos e que tinham entendido, com respeito por todas as outras freguesias, que a Escola da Vila Nova era uma prioridade, com o compromisso de que se tivessem oportunidade, mediante algum reforço daquele aviso, tentariam candidatar mais algumas escolas, mesmo assim, as correções a que se estavam a propor fazer, estavam a ser feitas gradualmente, com muito esforço.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** questionou se era possível haver partilha, com a Assembleia, do documento com o levantamento feito.-----

----- **O Deputado José Laranjo** informou que falar do passado não lhe incomodava absolutamente nada, estava à vontade para criticar ou apoiar quando o tivesse que fazer, pois sempre tinha votado de acordo com a sua consciência. Relembrou que tinha sido a bancada do PSD que, durante quatro anos, ficava fula quando se falava no passado e era a essa falta de coerência que se referia. De seguida, colocou duas questões: -----

----- 1ª Questão – se com os resultados obtidos na Auditoria era possível fazer mais; -

----- 2ª Questão – se com os meios que tinha naquele momento, era possível resolver tudo. -- -----

----- **O Deputado Valter Peres** iniciou a sua intervenção lembrando que nunca tinha sido dito que a situação era fácil e todos sabiam disso. Disse que era preciso perceber que tinha havido um investimento grande, a nível das escolas, redes de ATL's, de pavilhões, etc. Depois disso, referiu achar que estava na hora de se deixar de fazer oposição às oposições, pois isso já estava a levar tempo a mais e, como já havia dito, todos sabiam que a situação era difícil e o dinheiro tinha sido gasto no crescimento de uma sociedade. Concluiu pedindo, em nome da bancada do PS, que se fizesse o referido plano e que se percebesse o que era necessário fazer e por quanto tempo. -----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** mencionou que o que pretendia dizer já havia sido feito pelo Deputado Valter Peres, pelo que nada mais tinha a acrescentar.-----



----- **O Deputado Vasco Lima** interveio e disse que estava satisfeito com a proposta em causa, pois estava naquela Assembleia há sete anos a reivindicar isso mesmo e agradeceu à Câmara por finalmente ter tomado aquela decisão.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Valter Peres dizendo ser verdade que o diagnóstico já existia há anos e que se calhar a decisão de intervir na escola do Cabo da Praia tinha sido com base nele, mas tinham sentido a necessidade de o complementar, por acharem que estava extremamente desatualizado, mas era certo que era com base naqueles dados que tinham que tomar decisões. Relativamente à Carta Educativa, disse que não ficava nada melindrada, que esta era muito importante que estivesse elaborada, mas antes disso ainda tinham que instalar o Conselho Municipal de Educação e, naquele momento, estava a ser trabalhado um regulamento para tal. Acrescentou que não podiam ficar a aguardar pela Carta Educativa, que poderia servir de suporte, mas que não era um elemento essencial para tomar aquela decisão. Concluiu dizendo que não estavam a negar nenhum pedido, desde o momento que estivesse ao alcance da Câmara, mas obras de grande envergadura que obrigavam a grandes intervenções, naquele momento não tinham capacidade financeira, mas mesmo assim, estavam a organizar-se para o fazerem, portanto, a breve trecho, e mediante todos os relatórios que tinham, entendiam que podiam ir fazendo várias correções e aí iam continuar a ser os melhores parceiros para o conseguirem fazer.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** relembrou que tinha questionado se era possível partilhar o referido levantamento com aquele órgão.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que ia verificar se era possível a entrega de todos os relatórios, mas como sabiam, e o Deputado Valter Peres tinha confirmado, eles estavam feitos, apenas tinham sido atualizados. Informou que a base de decisão daquele executivo tinha sido com base no trabalho desenvolvido pelo mesmo, que o que tinha dito era se na altura também tinham tido acesso aos relatórios em causa para tomarem como decisão a intervenção feita na escola do Cabo da Praia.-----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que a Sra. Presidente tinha obrigação de fornecer a informação solicitada e que ia fazer um requerimento à Mesa a solicitar isso mesmo.-----

----- **O Presidente da Mesa** esclareceu que todos os pedidos feitos em sede de Assembleia, o Regimento previa que fosse feito requerimento por escrito o oralmente, por isso, garantia que se fizesse chegar a quem de direito. Disse, ainda, que não tinha ouvido qualquer nega ao pedido, apenas a Sra. Presidente tinha comunicado que, sendo possível, facultava.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que tinha dito que ia ver a possibilidade de fazer chegar essa informação. Disse lamentar o seu gesto, mas em todas as suas intervenções durante aquele ponto, os Srs. Vereadores do seu lado esquerdo tinham estado a conversar e o que tinha pedido era que se silenciassem para que pudesse ouvir as outras intervenções. Quanto ao pedido, disse que não tinham porquê de não o fazer, inclusive nunca tinham negado qualquer pedido feito à Mesa.-----

----- **O Presidente da Mesa** disse que a boa condução da Assembleia era assegurada pelo presidente da Mesa da mesma e, por vários momentos, já tinha achado que havia

ruído extraordinário que podia permitir e influenciar as intervenções das pessoas, por isso, pediu que se algum dos intervenientes naquela Assembleia, em algum momento, se estivesse a sentir incomodado, que informasse a Mesa.-----

----- **O Vereador Berto Messias** interveio e disse que o gesto da Sra. Presidente tinha sido infeliz, mas que a mesma já havia pedido desculpas e, por isso, estava desculpada. Disse que, se as conversas entre os vereadores estavam a incomodar a Sra. Presidente e as suas intervenções, iam moderar e tentar falar mais baixo, sem prejuízo de o continuarem a fazer. Explicou que o que tinha feito, tendo em conta o debate que estava a decorrer, tinha sido dizer à Sra. Presidente que a lei de acesso aos documentos administrativos obrigava a que a Câmara fornecesse a documentação solicitada, ou seja, apenas estava a dar o seu contributo.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **3. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À NOTA JUSTIFICATIVA REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL 2024, DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA;**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **4. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS INERENTES AOS EVENTOS A REALIZAR DURANTE O PERÍODO DA SEMANA DAS FESTAS TRADICIONAIS DE SÃO BRÁS – SÃO BRÁS FUTSAL CLUBE;**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **5. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSÃO, POR CONCURSO PÚBLICO, DA EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DOS BISCOITOS;**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com:**-----

----- **Vinte e quatro votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Treze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, João Paulo Rocha Ávila, Lisandra Marina Barcelos Valadão, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira, Fernando Fausto Miranda Lopes, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Paulo Rui Pacheco de Sousa, César Leandro da Costa Toste e Ana Margarida Vieira Branco;-----

----- **Dois do CDS-PP** - Diana Maria Nunes Simões e Lucília de Fátima Toste Ávila;

----- **Sete do PS** - Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt, Marta Maria Candeias de Meneses, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Bruno Narciso Meneses Lopes, António Manuel Mendonça Borges, Marco Aurélio Ferreira Toste e Vasco Miguel Valadão de Lima.-----

---

----- **Dois do GCE** – Miguel da Costa Bettencourt e Carla Marisa Meneses Alves Lourenço.-----

----- **Seis abstenções do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Ricardo António Ferraz da Rosa, Daniela Leal de Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim e Eulália Ferreira Toste Leal. -----

----- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS FESTAS NAS FREGUESIAS E VILA DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** solicitou que o ponto fosse retirado da Ordem do Dia o qual foi aceite.-----

----- **7. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE OITO MIL EUROS À JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ NO SENTIDO DE REFORÇAR E VALORIZAR AS CONDIÇÕES E SISTEMA DE FUNCIONAMENTO DO CREMATÓRIO.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Luís Vieira** questionou qual o valor anterior atribuído ao crematário de Santa Cruz. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o valor era o igual ao proposto.-----

----- **O Deputado António Borges** esclareceu que o pedido da Junta de Freguesia tinha que ver com o custo efetivo da obra, isto é, o Centro Funerário, onde se incluía o crematário, à data ainda não era sustentável, tendo em conta que a cremação, em especial no concelho da Praia, ainda era muito reduzida, e porque quem fazia a operação era através de um contrato, ou seja, era à peça dando, no final do ano, um défice à Junta de Freguesia. A par disso, carecia de manutenção com um valor, no ano passado, de cerca de nove mil euros e no corrente ano de cerca de oito mil euros. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** questionou se fazia sentido que um Centro Funerário daquela envergadura estivesse nas mãos de uma junta de freguesia, estando dependente de vontade política e técnica que nem sempre estava ao alcance de uma junta de freguesia. Disse achar que faria muito mais sentido que aquele Centro Funerário fosse intermunicipal pelo serviço que prestava, não só ao concelho, mas a toda a ilha. Concluiu dizendo achar que era de repensar a gestão do referido Centro Funerário. -----

----- **O Deputado António Borges** informou que, em reunião de junta de freguesia, já haviam pensado em algumas vertentes de caminho para aquela situação, sendo uma delas a privatização do espaço em si, tendo, inclusivamente dialogado com as empresas que prestam serviços fúnebres a capacidade de o fazerem, mas nenhuma estava disponível para tal. Concluiu dizendo que se as autarquias da ilha entendessem prestar aquele serviço, era de bom grado que a Junta de Freguesia o entregava.-----

----- **O Deputado Paulo Sousa** interveio e disse que não tinham crematário, mas também tinham uma série de despesas associadas, quer com os cemitérios, quer com as



Casas Mortuárias e, tal como o Deputado António Borges, também aceitavam de bom grado que alguém pegasse nos cemitérios e enumerou as despesas inerentes a um funeral.

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:** -----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram dezassete horas e vinte minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da segunda sessão extraordinária do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Ass: \_\_\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_